



PAUTA DA 31ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, na reunião que ocorrerá no dia 19/11/2024, às 10h, na Sala de Reuniões das Comissões, deliberará sobre as seguintes matérias:

1 - PL 525/2023

Autor: MESA da Alesc

Relator: Deputada Ana Campagnolo – PL

Tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Santa Catarina o projeto de lei apresentado pela Mesa Diretora do Parlamento que institui o Sistema Estadual de Acompanhamento, Monitoramento e Gestão Permanente para Ações de Combate à Violência nas Escolas – SEAMGV.

Dentre as principais finalidades do referido Sistema, estão: I) o compartilhamento de informações e situações indicativas de violência escolar entre as escolas e os órgãos de segurança pública e II) indicação quantitativa e qualitativa dos fatos, a fim de avaliar a incidência e a gravidade dos incidentes, possibilitando uma resposta mais eficaz e direcionada às ocorrências de violência no ambiente escolar da rede de ensino pública.

2 – PL n. 216/2024

Autor: Deputada Ana Campagnolo (PL)

Relator: Deputado Marcius Machado (PL)

A proposta que institui o programa de conscientização sobre a ética profissional para servidores da educação no âmbito do estado e estabelece o código de ética docente de Santa Catarina.

Os servidores da educação deverão atuar observando os seguintes princípios: neutralidade política, ideológica e religiosa; reconhecimento da vulnerabilidade do



educando; direito dos pais de que seus filhos recebam educação moral de acordo com as convicções deles; liberdade de crença e garantia da imparcialidade e equidade no tratamento dos estudantes.

Além disso, os servidores ficarão obrigados a participarem de curso anual sobre o código de ética docente, sob pena de penalidades.

3 - PL 313/2024

Autor: Deputado Carlos Humberto (PL)

Relator: Deputado Marcius Machado (PL)

O projeto cria o programa “Ruído Zero”, com a finalidade de prevenir e coibir a emissão de ruídos excessivos por escapamentos de veículos.

Serão considerados excessivos aqueles barulhos que estiverem acima dos níveis permitidos por lei, cabendo ao Poder Executivo a celebração de parcerias com os órgãos ambientais, de trânsito e de segurança pública a fim de promover a capacitação de todos os envolvidos.

4 – PL n. 478/2024

Autor: Deputado Vicente Caropreso (PSDB)

Relator: Deputado Marcius Machado (PL)

O projeto busca promover a instalação de salas sensoriais nos estabelecimentos públicos e privados, oferecendo um ambiente adequado e acolhedor para pessoas que apresentem alteração sensorial.

Considerar-se-ão pessoas com alteração sensorial as que apresentarem dificuldade em processar estímulos sensoriais, tais como Transtorno do Processamento Sensorial, Transtorno do Espectro Autista, Transtorno Opositivo-Desafiador, Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade, além de outros.



As salas sensoriais deverão ser instaladas em hospitais, centros de referência e atendimento ao cidadão, escolas e centros educacionais, repartições públicas, além de em estabelecimentos privados, como centros comerciais, cinemas, arenas esportivas, aeroportos.

5 – PL n. 83/2024

Autor: Deputada Jana Guedes (PDT)

Relator: Deputado Fabiano da Luz (PT)

A proposta legislativa que institui o Estatuto das pessoas com obesidade, destinado a regular os direitos dessas pessoas.

Dentre eles, estão a prevenção e manutenção da saúde do obeso com o cadastramento da população; atendimento nutricional, psicológico e endócrino em ambulatórios de referência; atendimento domiciliar, incluindo internação; fornecimento de programas de readequação alimentar orientada por profissionais especializados.

A proposta obriga o Poder Público ao fornecimento gratuito de medicamentos, especialmente os de uso continuado, além de exames clínicos radiológicos e de imagens em equipamentos compatíveis com o peso dos pacientes.

6 – PL n. 429/2021

Autor: Deputado Vicente Caropreso (PSDB)

Relator: Deputado Volnei Weber (MDB)

O projeto torna obrigatória a presença de cirurgiões-dentistas com especialização em Odontologia Hospitalar nas unidades hospitalares de internação prolongada (UTI's) no estado.

A necessidade se justifica tendo em vista que o atendimento odontológico previne a pneumonia nosocomial, doença favorecida por microorganismos e que evolui para



uma das principais infecções em pacientes da UTI, culminando em número significativo de óbitos.

7 – PL n. 90/2024

Autor: Deputado Sérgio Guimarães – UNIÃO BRASIL

Relator: Deputado Volnei Weber - MDB

A proposta pretende instituir o uso do método denominado *Wolbachia* no combate à dengue no Estado.

A bactéria que dá nome à técnica impede que o vírus da dengue se desenvolva no mosquito *Aedes Aegypti*.

A técnica consiste em liberar no meio ambiente o *Aedes Aegypti* contendo a *Wolbachia* para que ele se reproduza com os que não a contêm, formando uma nova população da espécie – que não mais terá o potencial de transmitir o vírus da dengue aos humanos.

O experimento já tem sido realizado nas cidades do Rio de Janeiro, Niterói, Petrolina, além de outras, em parceria entre as prefeituras e a Fundação Oswaldo Cruz, e o resultado tem sido a diminuição da doença na população.

8 – PL 222/2023

Autor: Deputado Delegado Egidio (PL)

Relator: Deputado Volnei Weber (MDB)

Tramita na Comissão de Constituição e Justiça a proposta legislativa que pretende determinar o aproveitamento das armas e munições apreendidas pelas Polícias Civil e Militar.

Em atenção ao que prevê a Lei Federal n. 10.826/2003 (art. 25), o projeto de lei em discussão na Assembleia Legislativa de Santa Catarina estabelece o encaminhamento das armas e munições retidas, pelo juiz competente, ao Comando do Exército.

O normativo em deliberação dispõe também que a Polícia Civil e Militar poderá requerer a doação dos armamentos apreendidos ao Comando do Exército.

9 - PL 414/2024

Autor: Deputado Padre Pedro (PT)

Relator: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)

A proposta isenta o agricultor familiar do pagamento de custas cartorárias na compra e venda de imóveis, desde que não detenha área rural superior a quatro módulos fiscais.

A finalidade da alteração legislativa é permitir que os beneficiários destinem os recursos financeiros para a estrutura necessária à produção agrícola.

10 - PL 510/2024

Autor: Deputado Camilo Martins (PODEMOS)

Relator: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)

O projeto garante o acesso às pessoas com deficiência a eventos públicos e privados realizados no estado, determinando que a entrada seja feita por múltiplos portões de acesso, sendo um deles prioritariamente àquelas pessoas.

11 - PL 432/2024

Autor: Deputado Rodrigo Minotto (PDT)

Relator: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)

A medida proposta reconhece os serviços odontológicos como essenciais para o estado em tempos de calamidade pública, devendo serem prestados continuamente.

O projeto estabelece que os serviços de odontologia somente serão restringidos em situações excepcionais devidamente amparadas nas normas sanitárias ou de segurança pública, e desde que seja feito por decisão administrativa fundamentada.

12 - PL 430/2024

Autor: Deputado Jessé Lopes (PL)

Relator: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)

A medida estimula a regularização de débitos de veículos, tais como imposto sobre a propriedade de veículos (IPVA), taxa de licenciamento e multas de trânsito, possibilitando a quitação nas operações de fiscalização.

A medida impede, ainda, em caso de pagamento dos débitos, que seja aplicada a penalidade administrativa de remoção do veículo.

Ana Cláudia Torret Rocha

Comissão de Constituição e Justiça - CCJ

Coordenadoria das Comissões

(48) 3221-2576